

# CADEIA DE VALOR



RELATÓRIO DA  
CADEIA DE VALOR



*TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ*

# **CADEIA DE VALOR DO TCE/CE**

**DEZEMBRO, 2022**

## **CONSELHEIROS**

### **Presidente**

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

### **Vice-Presidente**

Edilberto Carlos Pontes Lima

### **Corregedora**

Patrícia Lúcia Mendes Saboya

### **Ouvidor**

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

### **Conselheiros**

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa

Soraia Thomaz Dias Victor

Rholden Botelho de Queiroz

### **Conselheiros Substitutos**

Itacir Todero

Paulo César de Souza

David Santos Matos

Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior

Manassés Pedrosa Cavalcante

## **MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE CEARÁ**

### **Procuradora-Geral de Contas**

Leilyanne Brandão Feitosa

### **Procuradores de Contas**

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

Eduardo Sousa Lemos

José Aécio Vasconcelos Filho

Júlio César Rola Saraiva

Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino

## **CORPO DIRETIVO**

### **Secretário de Sessões**

Marcelo Gondim Picanço

### **Secretário de Serviços Processuais**

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz

### **Secretário de Controle Externo**

Carlos Alberto de Miranda Nascimento

### **Secretária de Administração**

Silvânia de Oliveira Chaves Brilhante

### **Secretária de Tecnologia da Informação**

Maria Cairamir Arruda Braga

### **Chefe de Gabinete da Presidência**

Juliana Cardoso Lima Banhos Pinheiro

### **Chefe da Procuradoria Jurídica**

Lilian de Castro e Silva Menezes do Vale

### **Controlador**

Felipe Jorge Ferreira Koury

### **Secretário de Governança**

José Auriço Oliveira

### **Coordenadora de Comunicação Social**

Kelly Cristina Caixeta de Castro

### **Diretor-Geral do Instituto Plácido Castelo**

Luís Eduardo de Meneses Lima



## **ELABORAÇÃO**

### **Secretaria de Governança**

#### **Secretário de Governança**

José Auriço Oliveira

#### **Secretária Adjunta de Governança**

Liana Peixoto Brandão Bandeira

#### **Assessor Administrativo de Governança**

Bernardo Ary Romcy de Sanford Lima

#### **Equipe**

Débora Torres de Castro Azevedo

Regiane do Carmo Carvalho

Mônica Mourão Mota Landim

#### **Escritório de Projetos e Processos**

Bernardo Ary Romcy de Sanford Lima

Bruno de Oliveira Carneiro

Roberta Targino Studart

Júlio César Muniz Filho

#### **Produção Editorial**

Assessoria de Comunicação Oficial

#### **Capa e Diagramação**

Lorena Barbosa Monteiro

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONCEITOS.....	11
2.1 Cadeia de Valor.....	11
2.2 Macroprocessos.....	13
2.3 Entradas.....	16
2.4 Produtos.....	16
2.5 Clientes.....	17
2.6 Valor público.....	17
3 ELABORAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO TCE/CE.....	19
4 DIAGRAMA DA CADEIA DE VALOR DO TCE/CE.....	23
5 DETALHAMENTO DOS MACROPROCESSOS DA CADEIA DE VALOR DO TCE/CE.....	26
5.1 Macroprocesso Finalístico.....	26
5.2 Macroprocesso de Governança.....	35
5.3 Macroprocesso de Apoio.....	41

# 1

INTRODUÇÃO

## 1 INTRODUÇÃO


A missão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) é: “exercer o controle externo, fiscalizando e orientando a aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade”.

Para cumprir essa missão, o Tribunal busca organizar-se em torno de seus processos, com a finalidade de entregar valor público às inúmeras partes interessadas.

Com vistas a estimular a evolução dos processos, mediante a adoção de práticas que busquem o seu aprimoramento, o TCE/CE elaborou sua Cadeia de Valor.

Cadeia de Valor é o instrumento de gestão que permite ter uma visão sistêmica e integrada da organização, oferecendo a oportunidade de compreender como os seus processos estão estruturados e como os produtos e serviços são colocados à disposição do público.

Além disso, a Cadeia de Valor representa uma importante referência para outras práticas de gestão, destacando-se o gerenciamento de riscos, a gestão por competências, o planejamento e a gestão de indicadores, bem como, a auditoria e o controle.



Portanto, a Cadeia de Valor do TCE/CE objetiva representar as principais demandas (entradas), os produtos e/ou serviços, os clientes e os macroprocessos que determinam a geração de valor, como forma de expressar a missão organizacional.



2

CONCEITO

## 2 CONCEITOS

### 2.1 Cadeia de Valor

Cadeia de Valor é um conjunto de atividades realizadas por uma organização com o objetivo de criar valor para seus clientes. O modelo foi desenvolvido por Michael Porter<sup>1</sup> e, basicamente, descreve a maneira como as empresas podem estruturar suas principais atividades e analisar a conexão entre elas.

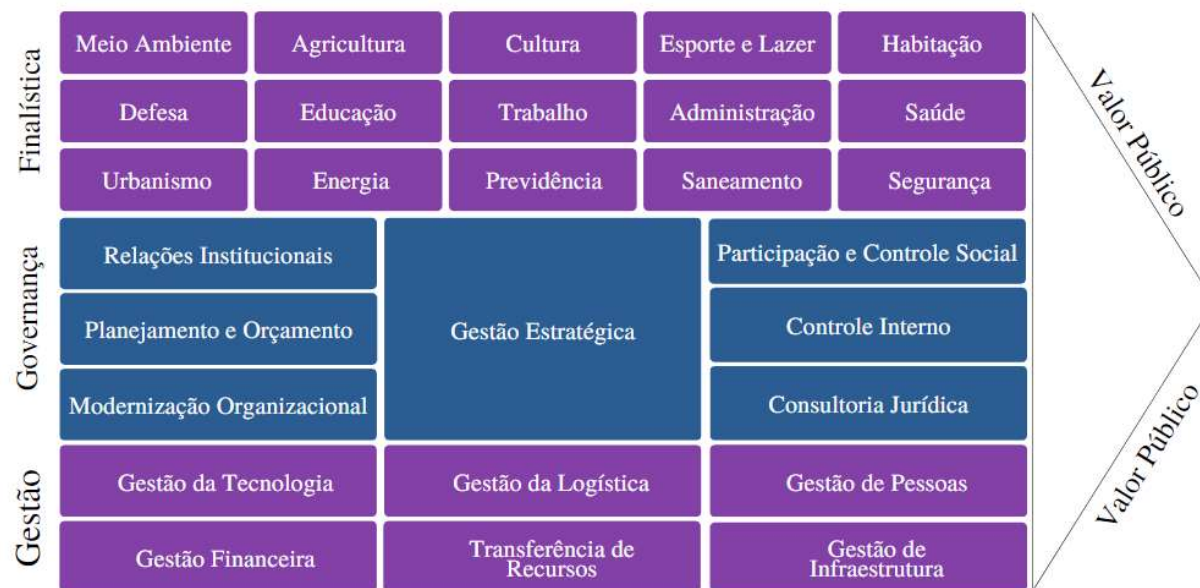
Figura 1: Cadeia de Valor, de Michael Porter.




1 PORTER, Michael. 1985. **Competitive Advantage**. New York: Free Press.

No setor público, o Guia Técnico de Gestão Estratégica, lançado pelo Governo Federal em 2020<sup>2</sup>, sugere um modelo de cadeia de valor, baseado no conceito de função (um conjunto de atividades com características e objetivos semelhantes). No modelo proposto, essas funções foram agrupadas em três categorias maiores: funções finalísticas, funções de governança e funções de gestão:

Figura 2: Cadeia de Valor proposto pelo Guia Técnico de Gestão Estratégica do Governo Federal.



2 BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. **Secretaria de Gestão Guia Técnico de Gestão Estratégica** v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES. Versão 1/2020.



Com base nessas acepções, a Secretaria de Governança (Secgov), por meio do Escritório de Projetos e Processos (EP2), elaborou a Cadeia de Valor, no sentido de melhor representar os macroprocessos e compreender o fluxo de agregação de valor público colocado à disposição para as partes interessadas no negócio do Tribunal de Contas.

## 2.2 Macroprocessos

Macroprocessos consistem em um conjunto de processos e funções executadas de forma ordenada para realização de objetivos e metas da organização.

Inspirado no Guia Técnico de Gestão Estratégica do Governo Federal (2020), a Cadeia de Valor do TCE/CE foi categorizada em três grupos, quais sejam, Macroprocesso Finalístico, Macroprocesso Governança e Macroprocesso de Apoio (Gestão).

**Macroprocessos Finalísticos:** correspondem às atividades primárias da cadeia de valor. Em organizações públicas, essas atividades estão relacionadas à área de atuação, às competências legais e aos mandatos políticos das organizações, que determinam os programas, projetos e processos que geram os resultados sociais desejados e criam valor público para seus clientes, usuários e beneficiários.

No TCE/CE, os macroprocessos foram classificados em:

- Fiscalização e Controle da Gestão dos Recursos Públicos;
- Aprimoramento da Gestão Pública;
- Auxílio ao Poder Legislativo Municipal e Estadual;
- Promoção da Transparência e do Controle Social; e
- Controle com Participação de Terceiros.

**Macroprocessos de Governança:** compreendem o conjunto de processos relacionados à gestão de informações necessárias à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e consecução de metas institucionais. Orientam a alta administração no processo de tomada de decisão, focam na atuação dos gestores, e incluem ações de controle, medição e ajuste do desempenho organizacional.

Para compor os macroprocessos de governança da cadeia de valor, o TCE/CE espelhou-se no Referencial Básico de Governança Organizacional, de iniciativa do Tribunal de Contas da União<sup>3</sup>, que vinculou as boas práticas de governança nos três mecanismos, a saber:

---

3 Brasil. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU** / Tribunal de Contas da União. Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020.

- Liderança;
- Estratégia; e
- Controle.

**Macroprocessos de Apoio:** têm como principal característica prover sustentação aos macroprocessos finalísticos e de governança, favorecendo o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da organização. São essenciais à gestão efetiva do negócio, no sentido de administrar os recursos do órgão, viabilizar a manutenção da máquina administrativa, prover conhecimentos, assegurar a comunicação e gerir o corpo funcional.

São macroprocessos de apoio da Cadeia de Valor do TCE/CE:

- Gestão de Orçamento e Finanças;
- Gestão de Pessoas;
- Apoio Educacional;
- Gestão de Tecnologia da Informação;
- Administração Geral;
- Normatização; e
- Comunicação Institucional.

### **2.3 Entradas**

Representam os insumos que serão transformados em produtos ou serviços, a fim de gerar valor as partes interessadas no negócio. Dentre as principais entradas no TCE/CE, destacam-se: contas públicas, atos de gestão, leis e demandas de terceiros.

### **2.4 Produtos**

Cada organização conta com uma proposta de valor, resultante da transformação dos insumos em produtos ou serviços capazes de atender aos anseios de um determinado público.

O TCE/CE busca agregar valor aos produtos que oferta, dentre os quais: recursos públicos fiscalizados, transparência para o controle social, responsabilização de agente / entidades, recursos a devolver aos cofres públicos, boas práticas implementadas, avaliação da efetividade das políticas públicas, capacitações promovidas, contas públicas monitoradas, informações disponibilizadas e atos de registros apreciados e registrados.

## **2.5 Clientes**

Clientes são os usuários de serviços públicos oferecidos e gerenciados pelo Tribunal de Contas, tais como, as instituições públicas e privadas, a sociedade e os cidadãos, bem como, os jurisdicionados.

## **2.6 Valor público**

Segundo o Decreto 9.203/2017, “valor público representa os produtos e os resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização”.

Nesse sentido, o TCE/CE busca oferecer respostas efetivas as necessidades ou demandas, a fim de assegurar resultados capazes de atender às expectativas e aos anseios dos clientes.

# 3

ELABORAÇÃO DA CADEIA  
DE VALOR DO TCE/CE

### **3 ELABORAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO TCE/CE**

A elaboração da Cadeia de Valor do TCE/CE envolveu as seguintes fases:

#### **1) Alinhamento estratégico**

O ponto de partida para construção da cadeia de valor teve como premissa realizar o alinhamento entre as estratégias definidas pelo Tribunal de Contas e a operacionalização dos macroprocessos e processos que a concretizam.

#### **2) Entendimento da estrutura organizacional**

Tratou-se de realizar um estudo da estrutura organizacional, do organograma e das legislações aplicáveis (criação, alterações e demais pertinentes), permitindo conhecer as principais funções existentes do Tribunal de Contas.

#### **3) Identificação dos principais processos do TCE/CE**

Consistiu em levantar, por meio de interações com os gestores, informações sobre os principais macroprocessos e processos, com o objetivo de identificar as necessidades e as atribuições.

#### **4) Agrupamento dos processos em macroprocessos**

Na presente fase, buscou-se agrupar os processos em três elos (macroprocessos), considerando as características e as funções desempenhadas no Tribunal de Contas.

#### **5) Diagramação da Cadeia de Valor do TCE/CE**

Fase marcada pela diagramação da Cadeia de Valor do TCE/CE, tornando os elementos e as informações em um desenho de fácil entendimento visual.

#### **6) Validação da Cadeia de Valor do TCE/CE**

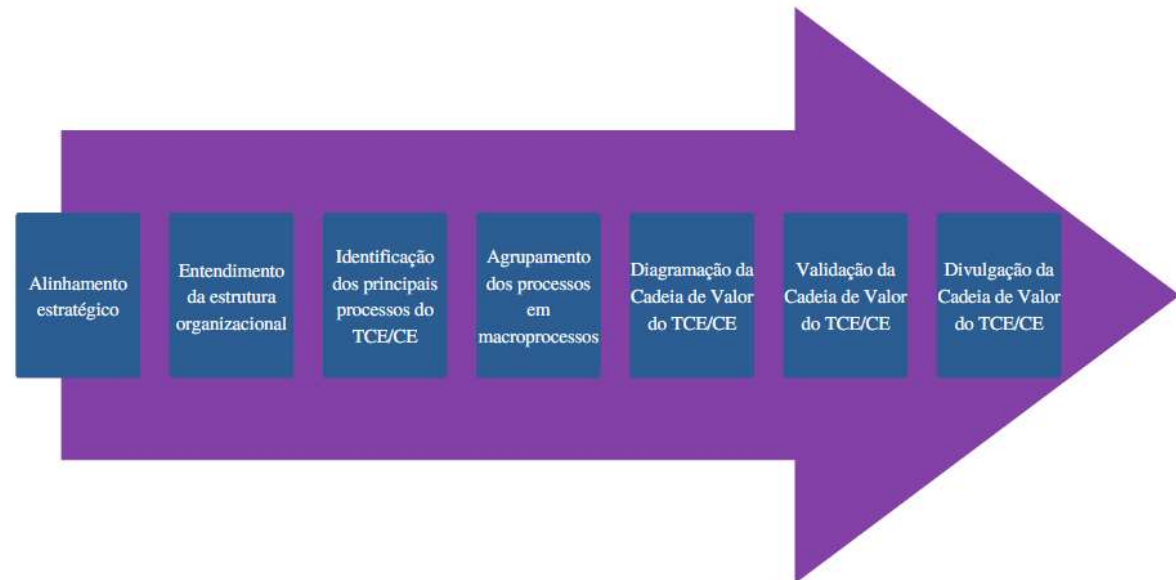
A validação da Cadeia de Valor ocorreu de forma participativa e deliberativa, com o engajamento de servidores e gestores do TCE/CE.

#### **7) Aprovação e divulgação da Cadeia de Valor do TCE/CE**

Momento que envolveu apresentar e conscientizar a alta administração acerca das principais funções desempenhadas pelo Tribunal de Contas, com objetivo de aprovar e publicar a Cadeia de Valor do TCE/CE.

Após aprovação, tornou-se imprescindível publicar a Cadeia de Valor do TCE/CE para que os setores e servidores visualizem como suas atividades criam valor para o público e como contribuem para a estratégia da organização.

Figura 3: Fases para elaboração da Cadeia de Valor do TCE/CE.





4

**CADEIA DE VALOR  
DO TCE/CE**

#### **4 DIAGRAMA DA CADEIA DE VALOR DO TCE/CE**

A seguir, apresentaremos a Cadeia de valor do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, produto idealizado pela Secretaria de Governança, por meio do Escritório de Projetos e Processos.

# CADEIA DE VALOR

## MISSÃO

EXERCER O CONTROLE EXTERNO,  
FISCALIZANDO E ORIENTANDO  
A APLICAÇÃO DOS RECURSOS  
PÚBLICOS EM BENEFÍCIO  
DA SOCIEDADE.

## VISÃO

SER RECONHECIDAMENTE  
UMA INSTITUIÇÃO DE EXCELÊNCIA  
NO CONTROLE E APRIMORAMENTO DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

## PROPÓSITO

CUIDAR DO QUE  
É DE TODOS,  
MELHORANDO VIDAS.

## ENTRADA

CONTAS  
PÚBLICAS

ATOS DE  
GESTÃO

LEIS

DEMANDAS  
DE TERCEIROS

## MACROPROCESSOS

### GOVERNANÇA

LIDERANÇA

ESTRATÉGIA

CONTROLE

### FINALÍSTICOS

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

AUXÍLIO AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E ESTADUAL

PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

CONTROLE COM PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS

### APOIO

GESTÃO DE  
ORÇAMENTO  
E FINANÇAS

GESTÃO DE  
PESSOAS

APOIO  
EDUCACIONAL

GESTÃO DE  
TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO  
GERAL

NORMATIZAÇÃO

COMUNICAÇÃO  
INSTITUCIONAL

## PRODUTOS

RECURSOS PÚBLICOS  
FISCALIZADOS

TRANSPARÊNCIA PARA  
O CONTROLE SOCIAL

AGENTES / ENTIDADES  
RESPONSABILIZADAS

RECURSOS A DEVOLVER  
AOS COFRES PÚBLICOS

BOAS PRÁTICAS  
IMPLEMENTADAS

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE  
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPACITAÇÕES PROMOVIDAS

CONTAS PÚBLICAS MONITORADAS

INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

ATOS DE REGISTRO  
APRECIADOS E REGISTRADOS

## CLIENTES

INSTITUIÇÕES  
PÚBLICAS  
E PRIVADAS

SOCIEDADE  
E CIDADÃO

JURISDICIONADOS

# 5

**DETALHAMENTO DOS MACROPROCESSOS  
DA CADEIA DE VALOR DO TCE/CE**

## 5 DETALHAMENTO DOS MACROPROCESSOS DA CADEIA DE VALOR DO TCE/CE

O presente tópico visa apresentar de uma forma conjunta os objetivos dos macroprocessos, detalhando a realização das boas práticas, os produtos que são entregues e os clientes que recebem o valor público gerado pelo TCE/CE.

### 5.1 Macroprocesso Finalístico

#### 5.1.1 Fiscalização e Controle da Gestão dos Recursos Público

**Objetivo do macroprocesso:** exercer as atribuições conferidas pelas normas constitucionais e legais, visando assegurar a boa e regular gestão dos recursos públicos, adotando os procedimentos e medidas necessárias ao eficiente, eficaz e efetivo desempenho de sua função de fiscalização e controle.

Fiscalização e Controle da Gestão dos Recursos Público			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Realização de inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial (fiscalização da conformidade)	Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos; assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis; recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores; coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos; contribuir para a melhoria da gestão pública.	Recursos públicos fiscalizados; Contas públicas monitoradas.	Levantamento; auditoria; acompanhamento; monitoramento; inspeção.

Fiscalização dos empréstimos ou operações de créditos	Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade nos empréstimos ou operações de crédito; coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos.	Recursos públicos fiscalizados; Contas públicas monitoradas.	Levantamento; auditoria; acompanhamento; monitoramento; inspeção.
Julgamento das contas anuais de gestão	Promover a transparência acerca dos resultados e da legalidade da gestão pública; assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos registros gerenciais, operacionais e contábeis; responsabilizar por prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos; contribuir para a melhoria da gestão pública.	Recursos públicos fiscalizados; Agentes / entidades responsabilizadas.	Prestação de contas de gestão.
Julgamento das contas especiais	Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores.	Recursos públicos fiscalizados; Agentes / entidades responsabilizadas; Recursos a devolver aos cofres públicos.	Tomada de contas especial.
Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal	Assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e prover a segurança jurídica, em âmbito administrativo, mediante apreciação do ato.	Atos de registro apreciados e registrados	Admissão.
Apreciação da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão	Assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e prover a segurança jurídica, em âmbito administrativo, mediante apreciação do ato.	Atos de registro apreciados e registrados.	Aposentadoria; reforma; pensão; revisão de proventos; revisão de reforma; revisão de pensão; reversão de pensão; transferência de pensão.
Fiscalização das concessões comuns e das parcerias público-privadas no âmbito estadual e municipal	Coibir a prática de ilegalidade e/ou de má gestão de recursos públicos, contribuir para o ressarcimento ao erário em caso de dano e responsabilizar infratores; contribuir para a melhoria das concessões e parcerias público-privadas.	Recursos públicos fiscalizados; Contas públicas monitoradas; Recursos a devolver aos cofres públicos.	Levantamento; auditoria; acompanhamento; monitoramento; inspeção.
Verificação da conformidade de contrato, convênio, ajuste ou instrumento congêneres que envolva a concessão, a cessão, a	Coibir a prática de ilegalidade e/ou de má gestão de recursos públicos, contribuir para o ressarcimento ao erário em caso de dano e responsabilizar infratores.	Recursos públicos fiscalizados; Contas públicas monitoradas; Recursos a devolver aos	Levantamento; auditoria; acompanhamento; monitoramento; inspeção; representação.

doação ou a permissão de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, de responsabilidade do Estado ou Município		cofres públicos.	
Fiscalização dos procedimentos de seleção de pessoal	Prevenir e corrigir a prática de irregularidade em editais de concurso público.	Recursos públicos fiscalizados; Contas públicas monitoradas.	Levantamento; auditoria; acompanhamento; monitoramento; inspeção; representação.
Fiscalização dos procedimentos licitatórios	Prevenir e corrigir a prática de irregularidade em licitações.	Recursos públicos fiscalizados; Contas públicas monitoradas.	Levantamento; auditoria; acompanhamento; monitoramento; inspeção; representação.
Acompanhamento de limites legais e prudenciais da LRF	Assegurar o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Recursos públicos fiscalizados; Contas públicas monitoradas	Acompanhamento; solicitação de certidão; solicitação de informações.
Monitoramento do cumprimento das deliberações do Tribunal	Garantir o cumprimento das deliberações e identificar o benefício efetivo da ação de fiscalização do Tribunal.	Boas práticas implementadas; Contas públicas monitoradas; Avaliação da efetividade das políticas públicas.	Monitoramento.
Acompanhamento e fiscalização da macrogestão	Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos; orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos.	Boas práticas implementadas; Contas públicas monitoradas; Avaliação da efetividade das políticas públicas.	Monitoramento.
Fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia	Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos; recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores; coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos; contribuir para a melhoria da gestão pública.	Recursos públicos fiscalizados; Recursos a devolver aos cofres públicos.	Levantamento; auditoria; acompanhamento; monitoramento; inspeção; representação
Realização de acompanhamento de atos de gestão	Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos; contribuir para a melhoria da gestão pública.	Recursos fiscalizados;	Acompanhamento.

Realização de levantamentos	Informações sobre programas, projetos, ações, órgãos e entidades jurisdicionados; riscos e controles internos; indicação de ações de fiscalização.	Informações disponibilizadas; Transparência para controle o social.	Levantamento.
-----------------------------	--	---	---------------

#### Cliente

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Câmaras Municipais; Agentes Financeiros Oficiais; Dirigentes dos Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; e Sociedade.

### 5.1.2 Aprimoramento da Gestão Pública

**Objetivo do macroprocesso:** disponibilizar aos órgãos e entidades administrativas do Estado e dos Municípios informações e avaliações acerca do desempenho dos programas e projetos governamentais de sua responsabilidade.

Aprimoramento da Gestão Pública			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Auditoria de desempenho operacional	Avaliar a gestão, bem como analisar e deliberar acerca do desempenho dos Programas.	Avaliação da efetividade das políticas públicas.	Auditoria.
Avaliação das políticas, programas e projetos públicos	Avaliar a eficiência, eficácia, efetividade, equidade e economicidade da gestão pública, bem como orientar sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos.	Avaliação da efetividade das políticas públicas; Boas práticas implementadas.	Levantamento; auditoria; acompanhamento; monitoramento.
Monitoramento do cumprimento de deliberações	Garantir o cumprimento de deliberações	Boas práticas implementadas; Avaliação da efetividade das políticas públicas.	Monitoramento.

#### Cliente

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Câmaras Municipais; Agentes Financeiros Oficiais; Dirigentes dos Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Sociedade; e TRE.

### 5.1.3 Auxílio ao Poder Legislativo Municipal e Estadual

**Objetivo do macroprocesso:** disponibilizar à Assembleia Legislativa e às Câmaras Municipais os pareceres prévios acerca das contas anuais dos Chefes dos Poderes Executivos do Estado e dos Municípios no prazo constitucional, visando subsidiar o processo de avaliação da gestão pelos resultados e conformidade de suas ações.

Auxílio ao Poder Legislativo Estadual e Municipal			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador	Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.	Contas públicas monitoradas.	Prestação de contas de governo; Tomada de Contas de Governo.
Emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos	Subsidiar o processo de responsabilização política das prefeituras pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.	Contas públicas monitoradas.	Prestação de Contas de Governo; Tomada de Contas de Governo.
Fornecimento de informações e pronunciamentos conclusivos sobre investigações específicas	Subsidiar a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, bem como na elaboração de planos e orçamentos. Realizar inspeção e auditoria a pedido do Legislativo.	Informações disponibilizadas.	Solicitação da Assembleia Legislativa; solicitação da Câmara Municipal.

#### Cliente

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Câmaras Municipais; Agentes Financeiros Oficiais; Dirigentes dos Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; e Sociedade.

### 5.1.4 Promoção da Transparência e do Controle Social

**Objetivo do macroprocesso:** promover aos jurisdicionados e à sociedade acesso a informações sobre a gestão pública e a atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas, propiciando mecanismos para fiscalização das ações governamentais pelo cidadão e entidades representativas da sociedade organizada.

Promoção da Transparência e Controle Social			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Disponibilização de informações não estruturadas	Avaliar a viabilidade jurídica e/ou técnica para fornecer informações não estruturadas de interesse público produzidos ou custodiados pelo TCE/CE, tais como resultado de fiscalizações e prestação ou tomada de contas, que ainda estejam disponíveis no site oficial da internet; emitir certidão de interesse do jurisdicionado sujeito à competência do TCE/CE.	Informações disponibilizadas.	Solicitação de informações; solicitação de certidão.
Divulgação da gestão de recursos públicos e das ações do controle	Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios. Subsidiar suas atividades mediante a obtenção de informações sobre controle externo. Subsidiar as ações de controle do legislativo.	Informações disponibilizadas.	Solicitação de informações; solicitação de certidão.
Apuração de denúncias e representações	Esclarecer os fatos visando a assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.	Recursos públicos fiscalizados; Agentes / Entidades responsabilizadas; Recursos a devolver aos cofres públicos.	Denúncias; representações.
Atendimento de solicitações	Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a: procedimentos e processos de controle externo,	Informações disponibilizadas.	Solicitação de informações; solicitação de certidão.

	certidões, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE.		
--	---	--	--

**Cliente**

Câmaras Municipais; Agentes Financeiros Oficiais; Dirigentes dos Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Tribunal de Contas da União; Ministério Público; Tribunal Regional Eleitoral; Sociedade; e Jurisdicionados.

### 5.1.5 Controle com Participação de Terceiros

**Objetivo do macroprocesso:** tem por objetivo disponibilizar e trocar informações com os diversos órgãos públicos para controle, defesa, determinação, sancionamento e julgamento dos atos da Administração Pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.

Controle com Participação de Terceiros			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Fornecimento de informações para subsidiar ação de terceiros	Subsidiar ações de controle da gestão pública de competência de outros órgãos, subsidiar a elaboração da lista de inelegíveis, subsidiar a atuação dos respectivos órgãos, subsidiar a apuração de irregularidades e a responsabilização de infratores.	Informações disponibilizadas.	Prestação de Contas de Gestão; denúncia; representação; Tomada de Contas Especial.
Participação em fiscalizações conjuntas	Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos; assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis; recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores; coibir punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos; contribuir para a melhoria da gestão pública.	Recursos públicos fiscalizados; Contas públicas monitoradas.	Levantamento; auditoria; acompanhamento; Inspeção; representação.

#### Cliente

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Câmaras Municipais; Agentes Financeiros Oficiais; Dirigentes dos Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Tribunal de Contas da União; Controladoria-Geral da União; Ministério Público; Tribunal Regional Eleitoral; Sociedade; e Jurisdicionados.

## 5.2 Macroprocesso de Governança

### 5.2.1 Liderança

**Objetivo do macroprocesso:** compreende o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes para a condução de pessoas/equipes na direção dos resultados propostos.

Liderança			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Estabelecimento do modelo de governança	Definir as diretrizes (orientações), valores, processos e estruturas necessários para que as atividades de governança (avaliar, dirigir e monitorar) a gestão sejam desempenhadas de forma eficaz, de modo a possibilitar que o TCE/CE alinhe seus objetivos ao interesse público, gerencie seus riscos e entregue o valor esperado de forma íntegra, transparente e responsável.	Modelo de governança institucional implementado; Comitês implementados.	Sistema de Governança Institucional.
Desenvolvimento de perfil de competências (gerenciais, técnicas e comportamentais) do corpo gerencial e funcional	Mobilizar e desenvolver competências do corpo diretivo/gerencial, desde a gestão operacional até a alta administração, em prol da otimização dos resultados do Tribunal.	Plano de desenvolvimento; Ações, eventos, programas de desenvolvimento de líderes.	Sistema de Governança Institucional.
Gestão do conhecimento	Identificar e avaliar os conhecimentos necessários para o desenvolvimento do TCE/CE	Manual de gestão do conhecimento; Plataforma de gestão do conhecimento.	Sistema de Governança Institucional.
Promoção da integridade e dos valores organizacionais	Definir ações organizacionais e comportamento do agente público, referindo-se à sua adesão e alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o	Código de ética dos servidores públicos.	Sistema de Governança Institucional.

	interesse público sobre os interesses privado.		
--	--	--	--

**Cliente**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Câmaras Municipais; Agentes Financeiros Oficiais; Dirigentes dos Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Tribunal Regional Eleitoral; Sociedade; e Jurisdicionados.

## 5.2.2 Estratégias

**Objetivo do macroprocesso:** desenvolver estratégias que melhor apoie a missão, a visão e os valores do Tribunal de Contas e promova o perfil de risco mais adequado.

Estratégias			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Gestão do Planejamento Estratégico	Fortalecer a cultura e modernizar a sistemática de planejamento.	Plano estratégico elaborado; Indicadores estratégicos definidos; Portfólio de projetos estratégicos.	Governança Institucional.
Consultoria interna em gestão estratégica	Disponibilizar para o público interno e externo informações gerenciais e institucionais.	Servidores orientados em boas práticas de gestão estratégica.	Governança Institucional.
Melhoria, inovação, consultoria e mentoria dos processos de trabalho	Realizar a análise, modelagem, desenho e gerenciamento da mudança, além dos serviços complementares como identificação de competências para execução das atividades.	Análise e modelagem de processos realizados; Oportunidades de melhoria identificadas; Processos transformados; Disseminação da metodologia de gerenciamento de processos; Servidores capacitados.	Gestão de Processos.
Gestão do dia a dia dos processos de trabalho	Manutenção da arquitetura de processos, capacitação em gestão por processos e suporte à apuração dos indicadores de medição do desempenho do processo.	Ferramentas de análise disponibilizadas; Análises realizadas; Arquitetura de processos atualizada; Indicadores identificados	Gestão de Processos.
Consultoria e mentoria interna em gestão de projetos	Conduzir e/ou dar suporte às áreas em relação às atividades de gestão de projetos no TCE/CE e	Disseminação da metodologia de	Gestão de Projetos.

	promover capacitação em gestão de projetos.	gerenciamento de projetos; Servidores capacitados.	
--	---	---	--

**Cliente**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Câmaras Municipais; Agentes Financeiros Oficiais; Dirigentes dos Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Tribunal Regional Eleitoral; Sociedade; e Jurisdicionados.

### 5.2.3 Controle

**Objetivo do macroprocesso:** gerir práticas voltadas para estimular a responsabilidade da instituição e dos agentes públicos, e ainda para criar mecanismos que garantam que eles sejam responsabilizados por suas ações.

Controle			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Definição e acompanhamento da execução das metas institucionais e setoriais	Promover o alinhamento organizacional para o cumprimento das metas de deliberação processual.	Metas setoriais e institucionais definidas e acompanhadas.	Governança Institucional.
Elaboração e disponibilização de relatórios gerenciais e institucionais	Disponibilizar para o público interno e externo informações gerenciais e institucionais (garantir a <i>accountability</i> ).	Relatórios elaborados e publicados; Publicação no Portal da Transparência; Publicação de relatórios mensais, trimestrais e anuais da Corregedoria no Portal da Transparência do TCE/CE.	Gestão da Informação; governança Institucional.
Prestação de Contas e Transparência	Divulgar informações, de modo acessível, para fomentar o controle social.	Prestação de contas consolidada e relatórios publicados; Relatório de Atividades.	Relatório da Assembleia Legislativa.
Auditoria Interna	Controle e aprimoramento na gestão dos processos de trabalho	Auditorias, Relatórios e Recomendações realizadas; Relatório de Controle Interno que compõe a Prestação de Contas do TCE/CE	Auditoria interna.
Controle Interno	Verificar a conformidade da execução patrimonial, orçamentária e financeira.	Avaliação da execução orçamentária realizada Relatórios;	Monitoramento Interno.

		Relatório de Controle Interno que compõe a Prestação de Contas do TCE/CE.	
Satisfação das partes interessadas	Monitorar e avaliar a imagem da organização perante as partes interessadas, bem como a satisfação destas com bens, serviços e políticas sob responsabilidade da organização, cuidando que ações de melhoria sejam implementadas, sempre que necessário.	Fortalecimento do Sistema de Controle Interno e do Sistema de Governança Institucional.	Pesquisa de diagnóstico institucional.
Gestão de riscos	Definir e entender os riscos e manter as instâncias responsáveis informadas, para que as respostas aos riscos sejam apropriadas	Relatório de avaliação acerca de riscos para apoiar os seus processos decisórios.	Gerenciar riscos.

#### Cliente

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Câmaras Municipais; Agentes Financeiros Oficiais; Dirigentes dos Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Órgãos, Entidades das Administrações Públicas do Estado e dos Municípios; Tribunal Regional Eleitoral; Sociedade; e Jurisdicionados.

## 5.3 Macroprocesso de Apoio

### 5.3.1 Gestão de Orçamento e Finanças

**Objetivo do macroprocesso:** elaborar e gerir o orçamento anual e as finanças do Tribunal, de modo que seja possível a realização das despesas nos termos estabelecidos em lei e alinhadas ao Plano Estratégico, garantindo agilidade, racionalidade e acesso ordenado e padronizado aos atos praticados.

Gestão de Orçamento e Finanças			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Gestão Orçamentária e Contábil	Registrar todos os atos e fatos administrativos de modo a subsidiar a devida e completa evidenciação.	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.	Processos de Despesa.
Gestão Fiscal	Respeitar os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.	Relatório de Gestão Fiscal.	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal.
Gestão de Parcerias	Orientar e acompanhar os procedimentos para a formalização dos termos de convênios e credenciamentos.	Convênios celebrados, publicados, acompanhados e fiscalizados.	Convênio; acordo de cooperação.
Gestão das aquisições e contratos	Orientar, coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas às contratações e contratos do Tribunal.	Contratos celebrados, publicados, acompanhados e fiscalizados Adesão pelo TCE à Ata de Registro de Preço; Adesão de Terceiros à Ata de Registro de Preço; Apostilamento de Contrato; Contratação Direta – Cotação; Contratação Direta; Contratos; Elaboração de	Adesão pelo TCE à Ata de Registro de Preço; adesão de terceiros à ata de registro de preço; apostilamento de contrato; contratação direta – cotação; contratação direta; contratos; elaboração de aditivos; elaboração de ata de registro de preço; envio de relatório trimestral à assembleia; licitação; proposta de sanção administrativa.

		Aditivos; Elaboração de Ata de Registro de Preço; Envio de Relatório Trimestral à Assembleia; Licitação; Proposta de Sanção Administrativa (Gerência de Aquisições e Contratos; CPL)	
--	--	--	--

**Cliente**

Presidência; Alta administração; Autoridades; Jurisdicionados; Fornecedores; Sociedade; e Servidores.

### 5.3.2 Gestão de Pessoas

**Objetivo do macroprocesso:** propor e conduzir políticas que estimulem o desenvolvimento de competências, a melhoria do desempenho, a motivação, a qualidade de vida e o comprometimento dos servidores com a Instituição, além de garantir-lhes a observância e a concessão dos direitos legalmente assegurados.

Gestão de Pessoas			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Gestão de Pessoas	Promover a melhoria dos resultados da Instituição, por meio do desenvolvimento contínuo, da valorização e do reconhecimento dos servidores, propiciando um ambiente de trabalho harmônico e integrado.	Servidores engajados, capacitados e comprometidos com os resultados da instituição.	Gratificação por Exercício de Magistério; financiamento de cursos de pós-graduação; avaliação de produtividade mensal e semestral.
Gestão de Atos Funcionais	Possibilitar a concessão dos direitos do servidor e promover a constante atualização dos dados funcionais.	Servidores aposentados; Cargos providos; Licenças concedidas.	Concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família; licença para acompanhar cônjuge; concessão de aposentadoria; averbação - contagem de tempo de contribuição; admissão de estagiários (nível médio).
Remuneração e Benefícios	Garantir o pagamento aos servidores e membros do Tribunal, ativos e inativos e aos pensionistas, dos valores devidos mensalmente em razão do vínculo funcional ou previdenciário, bem como assegurar concessão dos direitos e vantagens, com qualidade e tempestividade	Pagamento de pessoal efetivado; Direitos reconhecidos e vantagens concedidas.	Gestão da folha de pagamento; concessão de progressão.
Desenvolvimento de Pessoas e Carreiras	Valorizar, reconhecer e proporcionar o desenvolvimento dos servidores; Promover ações de integração de pessoal; Realizar a gestão dos estagiários.	Servidores avaliados com relação ao cumprimento de metas; Desenvolvimento do servidor na carreira;	Progressão funcional; concessão de estágio de nível Médio; graduação e pós-graduação; adicional de incentivo à titulação e ao desenvolvimento

		Unidades providas de estagiários com perfil adequado; Gratificações relacionadas ao desenvolvimento reconhecidas.	funcional; capacitação (gratificação por exercício de magistério); financiamento de cursos de pós-graduação.
Assessoria de saúde e qualidade de vida	Promover o bem-estar e a saúde física e mental, contribuindo para a motivação dos colaboradores e melhor desempenho profissional.	Bem-estar dos servidores e colaboradores.	Ginástica laboral; aferição periódica de pressão arterial; atendimentos médicos, odontológicos, psicológico e fisioterapêutico; campanha de doação de sangue.

#### Cliente

Servidores; TCE/CE; Gestores; Órgãos Públicos; Presidência; e Sociedade.

### 5.3.3 Apoio Educacional

**Objetivo do macroprocesso:** prover oportunidades de aprendizagem para servidores, jurisdicionados, sociedade e cidadãos por meio de programas que visem o desenvolvimento da cidadania e gestão pública alinhando as competências institucionais e individuais de maneira a agregar valor aos produtos e serviços oferecidos pelo Tribunal.

Apoio Educacional			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Promoção da capacitação para os jurisdicionados, os servidores e a sociedade civil	Capacitar os jurisdicionados, os servidores e a sociedade.	Educação continuada (cursos, palestras, seminários, simpósios) promovida.	Organização de eventos.
Promoção dos programas de pós-graduação e extensão	Capacitar servidores e jurisdicionados.	Ações de Extensão realizadas e divulgadas; Programa de pós-Graduação elaborado e executado.	Incentivo à pós-graduação.
Gestão do acervo bibliográfico e organização das normas do Tribunal	Organizar, disponibilizar e disseminar informações relativas ao controle externo no âmbito do Tribunal de Contas, para os jurisdicionados e para a sociedade em geral.	Base de dados (SIABI), consulta, empréstimo e fornecimento de cópias alimentada e disponibilizada.	Gerir acervo bibliográfico.
Elaboração do periódico Revista do TCE/CE	Elaborar o periódico, Revista Controle, a fim de disseminar conhecimento científico para a melhor gestão dos recursos no âmbito da administração pública.	Capa e imagens elaboradas; Ensaio recebido e encaminhado; Doutrina Revista do Tribunal elaborada, disponibilizada e distribuída; Pareceres e decisões comentando a jurisprudência e estudo técnico; Índice da Revista	Elaborar periódicos.

		elaborado Revista TCE/CE	
Pesquisa e inovação	Elaborar e operacionalizar as estratégias para o desenvolvimento de pesquisas de interesse do Tribunal, levando a um crescimento ordenado das atividades de pesquisa e de publicações científicas qualificadas. Para isso, fomentará o desenvolvimento das atividades de pesquisa, apoiando e incentivando a realização de projetos que envolvam servidores do Tribunal e pesquisadores de outras instituições.	Estudos técnicos; Desenvolvimento de novas ferramentas de sistematização e disponibilização de dados das contas públicas estaduais e municipais; Propostas de soluções inovadoras ao controle externo.	Desenvolver atividades de pesquisas.

**Cliente**

TCE/CE; Jurisdicionados; Sociedade; Pesquisadores externos; Servidores; Público em geral; Coordenadoria da Revista; e Editora.

### 5.3.4 Gestão de Tecnologia da Informação

**Objetivo do macroprocesso:** realizar de maneira tempestiva, integrada, construtiva e inovadora as atividades que propiciem o bom funcionamento do Tribunal, provendo a estrutura necessária para o alcance dos resultados institucionais, seja no que se refere à tecnologia da informação, assessoramento jurídico, segurança e gestão administrativa em geral.

Gestão de Tecnologia da Informação			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Desenvolvimento de projetos de tecnologia da informação	Gerar aplicações informatizadas, desenvolvendo, implantando e mantendo sistemas de acordo com metodologia e técnicas adequadas, visando atender aos objetivos estabelecidos quanto à qualidade, custos, prazos e benefícios.	Administração de dados, sistemas, processos e projetos de TI.	Desenvolver projetos de TI; levantar requisitos de produtos de TI.
Gerenciamento de projetos de Tecnologia da Informação	Entregar sistemas no prazo e com qualidade; disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos adotada pelo TCE/CE.	Adaptação de metodologias de gestão de projetos conforme práticas nacionais e internacionais conhecidas.	Gerenciar portfólios de TI; acompanhar projetos.
Suporte ao usuário interno e externo	Gerenciamento e manutenção preventiva e corretiva de ativos, sistemas e serviços relacionados à TI, bem como atendimento aos usuários internos e externos.	Demandas de serviços de TI atendidas conforme requerimentos homologados pelo cliente.	Gerenciar chamados.
Gestão da segurança da informação	Direcionar um trabalho efetivo de proteção dos ativos de informação, estabelecendo os procedimentos operacionais, com suas respectivas normas e os padrões de segurança, reduzindo os riscos associados.	Planejamento, implantação e monitoramento mantendo padrões de conformidade e continuidade.	Gerir segurança da informação.

**Cliente**

Presidência; TCE/CE; Órgãos públicos; Jurisdicionados; Servidores; e Público em geral.

### 5.3.5 Normatização

**Objetivo do macroprocesso:** editar, sistematizar e disponibilizar atos normativos e deliberações do Tribunal.

<b>Controle</b>			
<b>Práticas</b>	<b>Necessidade</b>	<b>Produto</b>	<b>Principais processos</b>
Edição de normas relacionadas ao Controle Externo	Disponibilizar normativos para o exercício do controle externo.	Instrumentos Normativos editados e publicados	Projeto de instrução normativa; projeto de resolução administrativa; projeto de orientação técnica; projeto de portaria.
Emissão de parecer em consulta	Responder questionamentos de consultentes sobre matérias de competência do Tribunal, que tenham repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional ou patrimonial.	Parecer emitido e publicado	Consulta.
Edição de normas internas	Editar normativos que tratam das ações de gestão do Tribunal de Contas.	Instrumentos Normativos editados e publicados; Orientação jurídica sobre casos e situações administrativas e judiciais.	Projeto de instrução normativa; projeto de resolução administrativa; projeto de orientação técnica; projeto de portaria.

#### **Cliente**

Presidência; TCE/CE; Órgãos públicos; Jurisdicionados; Servidores; e Público em geral.

### 5.3.6 Administração Geral

**Objetivo do macroprocesso:** realizar de maneira tempestiva, integrada, construtiva e inovadora as atividades que propiciem o bom funcionamento do Tribunal, provendo a estrutura necessária para o alcance dos resultados institucionais.

<b>Controle</b>			
<b>Práticas</b>	<b>Necessidade</b>	<b>Principais produtos</b>	<b>Principais processos</b>
Gestão da manutenção e conservação da infraestrutura.	Garantir a disponibilidade dos serviços na sua área de atuação, bem como a conservação dos ambientes, proporcionando o funcionamento da infraestrutura operacional do Tribunal.	Sistemas em funcionamento (energia elétrica, elevadores, climatização, etc). Rotinas de manutenção e conservação executadas.	Plano de manutenção dos sistemas / equipamentos críticos e atendimento das solicitações abertas na Central de Serviços.
Gestão de obras e serviços de engenharia	Garantir a integridade das estruturas físicas do Tribunal.	Projetos de obras e serviços realizados; Recebimento de obras e serviços; Relatórios gerenciais elaborados.	Obras e Serviços de Engenharia - Equipe externa; Obras e Serviços de Engenharia - Equipe interna (Gerência de Obras e Serviços de Engenharia).
Gestão de serviços de segurança e transporte	Prover a segurança do Tribunal, bem como garantir o bom funcionamento e a regular utilização dos veículos oficiais do Tribunal.	Relatórios gerenciais elaborados.	Atendimento das solicitações abertas na Central de Serviços.
Gestão de Material e Patrimônio	Garantir a conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Bens patrimoniais conservados e controlados.	Inventário anual dos bens patrimoniais; avaliação dos bens patrimoniais; inservíveis para o TCE; transferência de bens inservíveis; doação de bens inservíveis.

#### **Cliente**

Presidência; TCE/CE; Órgãos públicos; Jurisdicionados; Servidores; e Público em geral.

### 5.3.7 Comunicação Institucional

**Objetivo do macroprocesso:** Tem por objetivo divulgar, para os públicos interno e externo, por meio de diferentes canais de comunicação, decisões, informações e serviços prestados pelo Tribunal.

Controle			
Práticas	Necessidade	Principais produtos	Principais processos
Comunicação com a sociedade	Manter bem informado o público interno e a sociedade acerca das atividades e dos serviços prestados pelo Tribunal, bem como favorecer a transparência de atuação, fortalecer a imagem da instituição e contribuir para o desenvolvimento do controle social	Matérias jornalísticas sobre decisões dos julgamentos e de ações de fiscalização e controle; Informações sobre os serviços e sistemas do Tribunal; Clipping (clipagem diária de jornais, sites/portais e blogs jornalísticos, disponibilizando o material noticioso levantado no portal institucional); Mailing (manter atualizada a lista de contato de repórteres, jornalistas e veículos de comunicação); Mídias sociais; Relacionamento com a imprensa (atendimento a jornalistas); Cobertura fotográfica; Divulgação e cobertura de eventos; Elabora e envia boletim informativo eletrônico sobre as ações do Tribunal; Produção de matérias audiovisuais	Produzir matérias jornalísticas; realizar atendimento à imprensa; gerar conteúdo para mídias sociais.

		(Acontece TV); Produção de matérias para rádio (Conexão Cidadão); Lista de Transmissão WhatsApp. Elabora análise quantitativa e qualitativa do material noticioso sobre o TCE, por meio do Sistema de Análise de Conteúdo de Mídia (SACM)	
Comunicação interna	Prestar informações para o público interno e divulgar as atividades de interesse do Tribunal	TV TCE Telemídias; Cartazes; Intranet; Campanhas de Comunicação; Divulgação de eventos; e Lista de Transmissão e WhatsApp;	Elaborar vídeos institucionais; elaborar campanhas institucionais; editar logomarcas; diagramar Revista Controle e Manuais.
Publicidade e Programação visual	Construir e reforçar o relacionamento e a interação com a imprensa, instituições públicas e a sociedade por meio das mídias sociais.	Campanhas de comunicação; Desenvolvimento e aplicação de identidades visuais para peças de comunicação (vídeos, cartazes, banners, folders certificados filipetas); Criação, desenvolvimento e aplicação de projeto gráfico (publicações institucionais, livros e etc);	Realizar publicidade e programação visual.

#### Cliente

Presidência; TCE/CE; Órgãos públicos; Jurisdicionados; Servidores; Meios de comunicação; e Público em geral.



*TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ*